

# “A situação de moratória é muito frágil”

Fotos de Gilson Barreto

**N**ESTE primeiro segmento, os economistas participantes do Balanço Mensal discutem os efeitos da suspensão do pagamento dos juros da dívida. São unânimes em condenar a estratégia que o governo escolheu chegar à moratória.

Paul Singer — Estava claro que o Brasil não disporia dos dólares suficientes para continuar pagando integralmente o serviço da dívida externa, já que os saldos comerciais tinham se reduzido demais a partir de outubro. Há esperanças que essa perda de exportações que causou a redução dos saldos comerciais seja transitória e que a exportação se recupere. Mas até o momento nós ainda não temos nenhum sinal concreto disso. De qualquer maneira, eu acho que não é surpresa nenhuma de que o Brasil necessitaria do chamado dinheiro novo, de algum financiamento para a parte dos juros que não poderia pagar. Falava-se em 3 bilhões de dólares, 4 bilhões de dólares para o ano de 1987. De onde é que viria esse dinheiro novo? O Clube de Paris praticamente não deu. O Brasil foi tratado a pão e água por causa da recusa do governo brasileiro de voltar a algum tipo de monitoramento do Fundo Monetário Internacional. Acontece que também os credores privados podem fazer essa mesma exigência. Há o impasse. E esse impasse na verdade não é de agora, vem desde agosto de 85, quando o governo brasileiro desistiu de fazer uma nova Carta de Intenções ao Fundo Monetário Internacional. A moratória é uma decorrência lógica do impasse. Podíamos ter feito isso um pouco antes, um pouco depois, quanto mais tempo demorasse menores seriam as reservas ainda em poder do governo brasileiro, consequentemente menor também o poder de barganha do governo brasileiro. Até esse ponto eu entendo a moratória. Mas o que eu não entendo é a oratória com que a moratória foi proclamada. O governo vem e diz que essa decisão não significa um confronto. Ora, na verdade o que o governo brasileiro joga na mesa de negociação não é só o dinheiro novo para 1987 mas é o global da dívida com os bancos privados. O que se pretende é uma renegociação global que limite, ainda de acordo com a posição do governo, a remessa líquida de valores ao exterior a 2,5% do Produto Interno Brasileiro. Isso é o confronto. Há uma contradição flagrante entre o que o governo faz e aquilo que ele diz, o que a meu ver é particularmente grave. Em primeiro lugar porque não mobiliza a opinião nacional e, depois, porque perde a grande chance de obter o apoio de outros países devedores. Eu não entendo também essa idéia da viagem do Ministro Funaro na tentativa de aparentemente convencer os governos dos países credores a conceder o



Rogério Werneck assegura que sem plano interno a moratória fica inadmissível. E Paul Singer cobra estratégia

que o Brasil quer. O fracasso da viagem do ministro Funaro era absolutamente previsível. Portanto, por mais que a moratória seja alguma coisa que a gente estava esperando e que nas condições concretas era indispensável, não está nada claro que tipo de estratégia nos levará a que essa moratória seja proveitosa para o país. Rogério Werneck — A moratória, me parece, foi evitável por muito tempo. Perdeu-se a oportunidade de ter que evitar uma situação dessa no ano passado, ou, se quiser ver de outra forma, perdeu-se a oportunidade de dar esse passo em situação favorável no ano passado. De qualquer maneira, o fato é que as coisas andaram de tal forma que a moratória não foi surpresa para ninguém. Os bancos acompanham, melhor do que nós, o andamento das contas externas, e para eles certamente não foi uma surpresa saber que as divisas estavam acabando; as reservas estavam num nível que qualquer governo minimamente ajustado não pode mais se dar ao luxo de vê-las baixarem à taxa que vinham baixando. Agora, teve esse lado melancólico, algo desastroso como aconteceu várias vezes neste governo, e é extremamente preocupante pela falta de espaço de manobra. A posição é extremamente vulnerável. A se crer nos dados do governo, teríamos três meses de importação. Nenhum banco até agora radicalizou a posição, em parte porque eles sabem que a posição brasileira é muito frágil não só pela posição das contas externas mas principalmente porque no quadro interno a posição do país é extremamente grave. E do ponto de vista dos bancos cabe a seguinte pergunta: nós estamos enfrentando o país ou o Ministério? Ou seja, cruzamos os braços que as dificuldades internas, aliadas às crescentes dificuldades externas,

liquidam o Ministério. Para se defrontar com essa situação o governo precisaria mais do que nunca de um plano interno coerente, coisa que vem sendo anunciada mas até agora nada. A inexistência desse plano pode, do ponto de vista do governo, tornar a moratória totalmente inadmissível. Não porque os banqueiros exigem, simplesmente porque a fragilidade do governo no front interno vai tornar impossível manter essa retaguarda política que é fundamental numa situação dessa.

César Maia — Eu questiono o caráter dessa moratória. Ela tem o objetivo de reorganizar a economia, como propala o governo, ou é mais uma vez um golpe pictórico, político, para o governo tentar se fortalecer? Eu digo isto principalmente pelo que aconteceu em 1986. O que se fez no ano passado foi uma política comercial em relação ao exterior rigorosamente irresponsável. Os dados da Funcex, publicados pelo JORNAL DO BRASIL, mostram que as quantidades exportadas de 85 a preços de 86 gerariam um volume de exportações 6 bilhões de dólares maior, e as quantidades de 86 a preços de 85 gerariam um volume de importações 3 bilhões de dólares maior. Portanto, aumentaria o superávit comercial. O que se esperava era que o governo, primeiro, tivesse algum programa de desenvolvimento econômico e que esse programa apontasse para o governo um certo coeficiente de importações e um certo coeficiente de exportações. E que em função desses coeficientes, o governo iniciasse um processo de reestruturação da pauta de importações, para que chegasse, num momento favorável, até a suspensão do pagamento dos juros. O que observamos é que a composição das importações brasileiras seja a pior desde o governo Dutra. O governo deixou

de declarar a moratória no momento mais favorável, como disse o Werneck, e não adotou as medidas relacionadas a definir um programa de desenvolvimento, expectativas de importações e exportações, e finalmente uma nova estrutura das importações.

Márcio Fortes — A expectativa de uma explicitação de radicalismo na questão externa não ocorreu na declaração da moratória. É difícil entender exatamente, por outro lado, o que se quis com a suspensão do pagamento dos juros. Porque não se enquadrava a medida em nenhuma das fórmulas conhecidas. Ou seja, você não diz que não paga, não diz que deixa de pagar, não deixa retaliação, não deixa coisa nenhuma. Você diz simplesmente que não tinha dinheiro para pagar, por enquanto. O que aconteceu foi uma suspensão motivada por ausência de capacidade de caixa para efetuar os pagamentos e, possivelmente, motivada também por uma necessidade de prestar contas à opinião pública brasileira de uma questão que vinha se debatendo sem solução já há algum tempo e que tinha envolvido inclusive a pessoa do presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que acabou por sair. Eu estive ontem (quarta-feira) com o ministro da Fazenda e ele está muito otimista. Ele acredita que sua viagem ao exterior terá uma repercussão no final favorável. Essa repercussão foi mais favorável no exterior do que internamente no Brasil. Até porque no Brasil nós não estamos suficientemente internacionalizados para poder detectar melhor a repercussão dessa viagem.

Edmar Bacha — Dada a situação em que nos encontrávamos quando a suspensão foi declarada, obviamente havia duas atitudes possíveis: a que foi tomada, de suspen-

são dos pagamentos e depois negociar, ou então fazer o que os mexicanos fizeram em julho do ano passado, ou seja, ao invés de suspender os pagamentos, preparar a suspensão dos pagamentos, comunicar a Washington que você vai suspender e aí obter um empréstimo-ponte, para não suspender os pagamentos, enquanto negocia com os bancos. Temos que avaliar essa questão tanto do ponto de vista tático, quanto do ponto de vista de estratégia. Do ponto de vista estratégico, eu acho que este ano, em definitivo, marca uma mudança nos rumos da renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento. A estratégia utilizada até agora está defunta, só não foi enterrada ainda. E a tentativa no ano passado com o Plano Baker de ressuscitá-la, fracassou no drama mexicano, ainda não encerrado. A estratégia anteriormente adotada era “deixar os estoques da dívida, em paz e vamos forçar os fluxos em direção a esses países, para que eles possam crescer para fora da dívida”. Essa estratégia é a que está defunta, e a que se prenuncia como a mais adequada, na minha opinião, é “vamos deixar os fluxos em paz e vamos lidar diretamente com o problema de redução do ônus da dívida pre-existente”. O maior indício de que a estratégia anterior está defunta, é dado pelo investimento direto líquido estrangeiros no Brasil que no ano passado foi negativo. Ou seja, você tenta forçar os bancos, não consegue, no que você consegue, perde o investimento direto porque todo investidor, vendo o trauma em que essa estratégia estava implicando, recuou. Quer dizer, a falência dessa estratégia está declarada a partir do ponto em que os descontos da dívida externa em países como o Brasil adquiriram valores como estão hoje em dia.

